



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM
RORAIMA**

21º PROCESSO SELETIVO

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia a charge para responder à questão 1.



01 – Sobre os significados e objetivos da charge, pode-se inferir que:

- a) Há na charge uma indicação de que pouco investimento em educação significa pouca qualidade no aprendizado dos discentes.
- b) Em todo caso, o professor é quem constrói o ambiente de aprendizagem, mesmo com investimento escasso na área.
- c) O aluno aprende mesmo é com o tempo. À medida que cresce, mais entende das matérias.
- d) Em regra, educação de qualidade prescinde de investimentos.
- e) Se o aluno erra ou acerta, em todo caso, isto é um reflexo do que o professor ensina em sala de aula.

02 – Todas as palavras encontram-se corretamente acentuadas, exceto uma ou mais na alternativa:

- a) Cáries, prótons, águam.
- b) Hifens, vintém, bongô.
- c) Açai, balaústre, tabuinha.
- d) Estreia, jiboia, ideia.
- e) Ladaíinha, feiúra, aracnóideo.

03 – Leia as orações e identifique qual das alternativas logo abaixo contém as palavras que as preenche, considerando primordialmente a corretidão destas palavras em cada uma das alternativas.

- Ele sempre _____ para assistir aos jogos do seu time do coração.
- Os _____ eriçados do gato costumam passar pelo pé do dono.
- Ontem ele não _____ sair mais cedo, mas hoje ele pode.
- Ele _____ em todas as reuniões.
- Estes são meus irmãos _____.
- Sou leal _____ mulher da minha vida.

- a) Para, pêlos, pode, intervem, Andréia e Fábio, a.
- b) Para, pelos, pôde, intervém, Andreia e Fábio, à.
- c) Pára, pelos, pode, intervém, Andreia e Fábio, à.
- d) Para, pêlos, pôde, intervem, Andreia e Fábio, a.
- e) Pára, pêlos, pode, intervém, Andréia e Fábio, à.

04 – Pelas regras de pontuação da língua portuguesa, identifique qual das alternativas abaixo está corretamente pontuada:

- a) Muitos policiais, estão envolvidos em receptação, e continuam a envolver-se.
- b) – Levantava-me de manhã entrava no chuveiro, organizava as ideias na cabeça...
- c) – O decreto regulamenta os casos gerais; a portaria, os particulares.
- d) – A honestidade “deveria” ser a ordem do dia não “poderia”.
- e) “Nem o sol nem o mar nem o brilho das estrelas...”.

05 – Traga à mente as boas regras de concordância nominal e verbal, analise as orações 1, 2, 3 e 4, e assim julgue qual das alternativas logo abaixo faz juízo acertado acerca delas:

Oração 1 – Nem um nem outro aluno esforçados passou.

Oração 2 – A mãe e o filho vieram ao Brasil. Um amou nosso país, outro odiou.

Oração 3 – Normalmente os discípulos agem tais qual o mestre.

Oração 4 – Os milhares de torcedoras fizeram o “Maraca” tremer.

Conclui-se que:

- a) Apenas as orações 1 e 3 estão corretas.
- b) Certo é que não há defesa gramatical que salve alguma das orações apresentadas.
- c) As orações 2, 3 e 4 estão corretas. A oração 1, porém, é inaceitável gramaticalmente.
- d) Não há erros em nenhuma das orações apresentadas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores se aplica.

06 – Assinale a alternativa CORRETA acerca de direitos fundamentais, considerando também a jurisprudência do STF sobre essas temáticas.

- a) São fundamentos da República Federativa do Brasil apenas a soberania, a cidadania, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho.
- b) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial em todas as hipóteses.
- c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- d) É possível ser instalado um tribunal *post facto* no Brasil.
- e) Os tratados internacionais que tratam dos direitos da pessoa com deficiência tem *status* de lei ordinária no Brasil, quando incorporados ao nosso ordenamento jurídico.

07 – Sobre os indígenas e as comunidades tradicionais, consoante regramento constitucional, é CORRETO afirmar que:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto compartilhado das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, com os municípios eventualmente criados em sua área territorial.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- c) As terras indígenas são de propriedade da União,

gozando as comunidades tradicionais de usufruto exclusivo dessas terras pelo período de 30 anos.

d) O Ministério Público não pode atuar na defesa dos direitos indígenas disponíveis, incluindo-se, dentre eles, os direitos concernentes à educação indígena.

e) A remoção forçada de indígenas de suas terras tradicionalmente ocupadas é possível, a depender de autorização judicial específica, em hipóteses taxativas previstas na Constituição.

08 – Considerando o regramento constitucional do meio ambiente, também sob a ótica da jurisprudência do STF, é CORRETO afirmar que:

a) Lei estadual que regulamente a prática conhecida como “vaquejada” é constitucional, segundo o STF.

b) Incumbe à sociedade controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

c) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se à sociedade, apenas, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

d) A Serra do Mar é patrimônio nacional.

e) As usinas que operem com reator nuclear estão proibidas de serem instaladas no território nacional, segundo jurisprudência do STF.

09 – Sobre licitações, contratos administrativos, improbidade administrativa e processo administrativo, é CORRETO afirmar que:

a) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o leilão, o concurso e o pregão.

b) A licitação não é dispensável em caso de guerra.

c) No processo de dispensa de licitação, não é obrigatório haver justificativa do preço adotado.

d) Os atos de improbidade administrativa que causem dano ao erário somente são punidos quando praticados dolosamente.

e) A competência para um ato administrativo é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, vedada a delegação.

10 – Sobre licitações, contratos administrativos, improbidade administrativa e servidores públicos, é CORRETO afirmar que:

- a) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- b) É ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- c) Segundo a jurisprudência do STJ, um particular pode ser o único sujeito passivo de uma ação de improbidade administrativa, quando praticar alguns dos atos descritos nos arts. 9º ao 11 da Lei nº 8.429/92.
- d) Existe um teto remuneratório único para os servidores públicos federais, estaduais e municipais.
- e) Segundo texto expresso da Constituição, é possível que um servidor ocupante de um cargo de professor o acumule com outro cargo técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.

11 – Acerca do Ministério Público e sua organização administrativa e atribuições, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Dentre suas funções institucionais, o Ministério Público deve agir em defesa dos direitos individuais disponíveis.
- b) Os Ministérios Públicos dos Estados tem como chefe o Procurador-Geral da República, tendo o Procurador-Geral de Justiça atuação delegada.
- c) O membro do Ministério Público torna-se vitalício após três anos de exercício, não podendo, após isso, perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- d) O Ministério Público Federal exerce o controle externo da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.
- e) Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público são indicados pelo Senado, com mandato de três anos.

12 – Sobre os crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 e sua interpretação pelo STJ e pelo STF, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Conforme entendimento sumulado pelo STJ, a majorante do tráfico transnacional de drogas (artigo 40, inciso I, da Lei 11.343/06) configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.
- b) O tráfico de entorpecentes, na sua forma privilegiada, é considerado crime hediondo pelos recentes julgados do STJ.
- c) É possível a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base no caso do crime de tráfico de entorpecentes.
- d) Não cabe progressão de regime ao réu condenado por tráfico de entorpecentes.
- e) A importação de sementes de maconha (*cannabis sativa*) é crime, não se aplicando o princípio da insignificância em nenhuma hipótese, segundo recente julgamento da 2ª Turma do STF.

13 – Acerca dos crimes contra a ordem tributária, contra a fé pública, contra o patrimônio e os crimes de tortura, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É crime de menor potencial ofensivo o de Fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda.
- b) Um furto de bem público ocorrido dentro de Universidade Federal que detém a qualidade de autarquia ou fundação não é da atribuição do Ministério Público Federal.
- c) Quando o réu em ação penal por crime de sonegação fiscal (art. 1º da Lei nº 8.137/1990) obtém o parcelamento da dívida, suspende-se a ação penal.
- d) Aquele que se omite em face da prática de crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-la ou apurá-la, incorre na mesma pena do autor do crime de tortura.
- e) A condenação pelo crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo mesmo prazo da pena aplicada.

14 – Sobre os crimes contra a administração pública, é CORRETO afirmar que:

- a) O peculato de uso é punido no direito brasileiro com o mesmo rigor do peculato culposo.
- b) Extraviar dolosamente os autos originais de processo administrativo em trâmite em um órgão público é crime cuja pena máxima é de 4 anos de reclusão.
- c) A pena do crime de corrupção passiva é aumentada de dois terços, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho é crime punido somente com detenção.
- e) Servidor que patrocina interesse privado legítimo perante a Administração Pública não comete crime.

15 – No direito processual penal brasileiro, é INCORRETO afirmar que:

- a) Como regra, o ato inaugural da ação penal pública é o oferecimento da denúncia por parte do órgão do Ministério Público.
- b) O Ministério Público é o titular exclusivo da ação penal pública, podendo, em sua inércia nos prazos legais, ser exercida a ação penal privada subsidiária da pública.
- c) A absolvição sumária, no procedimento comum ordinário, pode ocorrer na hipótese de ausência de justa causa para a ação penal.
- d) As alegações finais podem ser realizadas oralmente ou na forma de memoriais escritos.
- e) O princípio da identidade física do juiz está previsto expressamente no Código de Processo Penal.

16 – Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que absolve sumariamente o acusado.
- b) O prazo de interposição do recurso de apelação é de cinco dias, e o prazo para apresentação de razões de apelação é de cinco dias.
- c) Cabe carta testemunhal contra decisão de incompetência do juízo.
- d) O recurso em sentido estrito será processado nos próprios autos em todas as suas hipóteses de cabimento.

- e) Contra a decisão que não recebe a denúncia em razão de não atendimento dos requisitos legais para seu processamento, cabe recurso em sentido estrito.

17 – Acerca das nulidades no processo penal, é CORRETO afirmar que:

- a) A nulidade relativa deve ser conhecida de ofício pelo juiz.
- b) Um meio ilícito de prova utilizado em uma investigação criminal somente pode ser reconhecido como nulo pelo juízo se houver provocação pelas partes.
- c) As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, poderão ser supridas a todo o tempo, antes do recebimento da denúncia.
- d) Para a declaração de nulidade de ato processual, no direito brasileiro, é preciso demonstrar o prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- e) O reconhecimento da incompetência do juízo anula todos os atos praticados pelo juízo incompetente.

18 – Sobre o processo civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Ministério Público possui prazo em dobro para se manifestar, contando-se tal prazo de sua intimação pessoal.
- b) A Defensoria Pública não goza de nenhum prazo diferenciado no direito brasileiro.
- c) Os prazos, no processo civil após o Código de Processo Civil de 2015, são contados continuamente e, na contagem do prazo em dias, a contagem se faz em dias corridos, não em dias úteis.
- d) Aplicam-se os efeitos da revelia mesmo se a causa versar sobre direitos indisponíveis.
- e) Contra as decisões interlocutórias é cabível o recurso de agravo retido.

19 – Sobre a ação civil pública e a ação civil pública de improbidade administrativa, é CORRETO afirmar que:

- a) O Ministério Público é o único legitimado para oferecer ação civil pública de improbidade administrativa.
- b) Na fase de recebimento da ação de

improbidade administrativa vige o princípio do *in dubio pro reu*.

c) Para a decretação liminar de indisponibilidade de bens, é imprescindível a comprovação pelo autor, na petição inicial, de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, sob pena de indeferimento, segundo a jurisprudência do STJ.

d) A pessoa jurídica de direito privado e seu sócio-administrador, em litisconsórcio com algum agente público, podem ser demandados em ação civil pública de improbidade administrativa.

e) É requisito obrigatório para o ajuizamento de ação civil pública a prévia instauração de inquérito civil.

20 – Acerca dos direitos reais, é CORRETO afirmar que:

a) O fenômeno da consolidação não é causa de extinção do usufruto.

b) Produz efeitos a extinção do penhor depois de averbado o cancelamento do registro, sem necessidade de prova específica dessa situação para fins de averbação.

c) A anticrese ocorre quando o devedor ou outrem por ele, com a entrega do imóvel ao credor, cede-lhe o direito de perceber, em compensação da dívida, os frutos e rendimentos.

d) O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, cinco anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

e) A propriedade das coisas pode transferir-se pelos negócios jurídicos antes da tradição em determinados casos excepcionais, mesmo que nulo o título.